



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3117

Segunda-feira - 20 de Abril de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

EDIÇÃO EXTRA

Municípios

Garopaba.....2



Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 106/2020

Publicação Nº 2447076

DECRETO N.º 106, DE 20 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 87, DE 26 DE MARÇO DE 2020, QUE “DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, Santa Catarina, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem os incisos II, IV, VI, XII, do art. 49 da Lei Orgânica do município, e conforme o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº 87, de 26 de março de 2020, passar a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Ficam ratificados, no âmbito do Município de Garopaba, os Decretos Estaduais nº 515, de 17 de março de 2020 e nº 562, de 17 de abril de 2020, e dentro das peculiaridades do cenário do Município, acrescenta-se as disposições previstas no presente Decreto.

[...]

Art. 6º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as medidas estabelecidas no artigo 5º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020.

[...]

Art. 9º Ficam suspensos, em todo território do Município de Garopaba, sob regime de quarentena, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e do artigo 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020:

I – até 30 de abril de 2020:

- a) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal;
- b) a circulação e o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;
- c) o funcionamento de centros comerciais e galerias;
- d) a permanência de pessoas em bares, cafés, restaurantes e similares.

II – até 31 de maio de 2020:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões e cursos presenciais;
- b) a realização de missas e cultos religiosos, que importem reunião de pessoas, ou quando envolvam população de alto risco para doença severa pelo COVID-19, como idosos e pacientes com doenças crônicas, ou ainda, quando não seja possível garantir o cumprimento das medidas acauteladoras previstas neste Decreto ou em orientações expedidas pelas autoridades sanitárias competentes.
- c) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias;
- d) as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo;
- e) o calendário de eventos esportivos organizados pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada;
- f) as atividades em academias, clubes, cinemas, teatros, casas noturnas, bem como a realização de shows e espetáculos.

§ 1º. Além das atividades e dos serviços suspensos conforme o disposto neste artigo, fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, conforme regras sanitárias emitidas pelas autoridades competentes.

§ 2º. Fica autorizada a comercialização de alimentos e bebidas por bares, cafés, restaurantes e similares somente no sistema de tele-entrega ou retirada no estabelecimento.”

[...]

Art. 11. [...]

§ 3º Fica permitida a entrada no Município de Garopaba:

[...]

b) de veículos de fretamento para o transporte de trabalhadores para garantir as operações industriais, de que trata o artigo 10 do Decreto Estadual nº 562, de 17 de março de 2020.

[...]

Art. 12. A operação de atividades industriais em todo o território do Município de Garopaba, sob pena de interdição, somente poderá ocorrer nos estritos termos do art. 10, do Decreto Estadual nº. 562, de 17 de abril de 2020.

Art. 13. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;

XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX – serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;

XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;

XXIV – produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

XXV – fiscalização ambiental;

XXVI – produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;

XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXIX – mercado de capitais e seguros;

XXX – cuidados com animais em cativeiro;

XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXII – atividades da imprensa;

XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 10 do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020;

XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega (delivery) de alimentos;

XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 10 do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020;

XL – oficinas de reparação de veículos;

XLI – serviços de guincho;

XLII – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde;

b) Secretaria Municipal de Infraestrutura;

c) Secretaria Municipal de Fazenda;

d) Defesa Civil;

XLIII – unidades de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

[...]”

Art. 2º. O Decreto nº 87, de 26 de março de 2020, passar a vigorar acrescido do art. 10-A, com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Fica autorizado o funcionamento de agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito, exclusivamente para atendimento de pessoas que necessitem de serviços presenciais.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 13 deste Decreto às atividades de que trata o caput deste artigo.”

Art. 3º. O Decreto nº 87, de 26 de março de 2020, passar a vigorar acrescido do art. 13-A, com a seguinte redação:

“Art. 13-A. Fica autorizada, às margens de rodovias, a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas.”

Art. 4º. O Decreto nº 87, de 26 de março de 2020, passar a vigorar acrescido do art. 13-B, com a seguinte redação:

"Art. 13-B. Fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público."

Art. 5º. Ficam ratificados e incorporados às disposições deste Decreto, os atos praticados pelo Secretário de Estado da Saúde, com fundamento no §1º do art. 11, do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor em 20 de abril de 2020 e vigência limitada ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/04/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração